



ALAP 2020

IX Congreso de la Asociación
Latinoamericana de Población



9 a 11 diciembre

EL ROL DE LOS ESTUDIOS DE POBLACIÓN TRAS LA PANDEMIA DE COVID-19 Y
EL DESAFÍO DE LA IGUALDAD EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE

Suyanne Galvão Bacelar, UNICAMP, suyannegalvaobacelar@hotmail.com

José Marcos Pinto da Cunha, UNICAMP, zemarkos@nepo.unicamp.br

Segregação socioespacial nos assentamentos precários de
Campinas: relações entre o perfil sociodemográfico da
população, condições de infraestrutura urbana e a
mobilidade residencial

Resumo

Este artigo propõe-se a estudar a relação entre a segregação socioespacial os moradores de assentamentos precários do município de Campinas. Será apresentado como se constituiu o processo de produção do espaço urbano que resultou no fenômeno da segregação socioespacial e, a partir disso, como se constituíram os assentamentos precários. Nesse sentido, se trabalhará o conceito de assentamentos precários para se compreender os atributos de suas categorias, no que concerne às diferenças sociodemográficas e urbanísticas. Além de apresentar trabalhos que tratam da precariedade urbana para comparar e compreender aspectos das áreas de assentamentos precários. Propõe-se analisar suas características infraestruturais e sociodemográficas a fim de comparar o quadro da segregação socioespacial entre os aglomerados subnormais – proxy de favelas, a categoria mais representativa dentre as classificações de habitação de assentamentos precários – do município. Será utilizada a metodologia de clusters para mapear as tipologias de precariedade presentes no município, utilizando dados dos núcleos residenciais segundo as informações dos aglomerados subnormais do IBGE para o ano de 2010. Por fim, este trabalho mostrará como o perfil sociodemográfico predominantemente mais empobrecido da população em assentamentos precários pode influenciar o comportamento da mobilidade residencial.

Palavras-chave: assentamentos precários, segregação socioespacial, mobilidade residencial.

Introdução

Este trabalho propõe analisar a relação entre a segregação socioespacial e a mobilidade residencial dos moradores de assentamentos precários. Será tratado como se constituiu o processo de produção do espaço urbano que resultou no fenômeno da segregação socioespacial e, a partir disso, como se constituíram os assentamentos precários. Posteriormente, será apresentado o conceito de assentamentos precários para se compreender os atributos de suas categorias, no que concerne às diferenças sociodemográficas e urbanísticas. Sabendo-se que a renda da população é um fator importante ao se considerar a mobilidade residencial, nossa investigação da precariedade urbana está aliada à análise do perfil sociodemográfico dos moradores de aglomerados subnormais. Duas perguntas são centrais para a nossa discussão:

- 1) O que faz com que uma pessoa fixe residência em um assentamento precário?
- 2) Se a segregação socioespacial diferencia até mesmo os grupos sociais mais empobrecidos entre si, há diferenças no comportamento da mobilidade residencial entre os assentamentos precários?

Nosso objetivo central é revelar a relação entre a segregação socioespacial dos assentamentos precários e a mobilidade residencial. Já os objetivos específicos são: 1) apresentar a relação entre segregação socioespacial e mobilidade residencial dos assentamentos precários de Campinas; 2) mapear o perfil sociodemográfico e as condições de infraestrutura dos assentamentos, estabelecendo um quadro comparativo entre os aglomerados subnormais através da metodologia de clusters; e, 3) elucidar como o perfil predominantemente mais empobrecido da população pode conduzi-las a áreas de assentamentos precários.

O recorte espacial deste artigo está circunscrito ao município de Campinas. Desse modo, propõe-se estudar a segregação socioespacial sob a perspectiva dos assentamentos precários na escala municipal, mas também atentando à escala intrametropolitana quando necessário. Assim, buscando estabelecer uma discussão sobre a mobilidade residencial dos moradores de assentamentos precários e suas características sociodemográficas. Utilizaremos os dados dos aglomerados subnormais do Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para realizar uma análise dos diferenciais de precariedade urbana existente entre eles. Trabalharemos com variáveis sobre os domicílios e o seu entorno para classificar os aglomerados subnormais em uma escala de precariedade a partir do método de clusters.

A segregação socioespacial e a mobilidade residencial da população

A segregação socioespacial, como um fenômeno inerente aos processos da cidade, está ancorada nas relações estabelecidas entre as camadas sociais e em como essas camadas organizam-se em termos habitacionais no território da cidade. Villaça (2011) a caracteriza como uma desigualdade exposta no espaço que designa áreas específicas para os ricos e para os pobres. Já Caldeira (2000) interpreta a segregação socioespacial como a estruturação da vida pública e a relação dos grupos sociais. Cada definição pode apresentar particularidades desse fenômeno, mas – apesar das mudanças e das diversas tipologias de segregação socioespacial observadas desde o início do processo de urbanização brasileiro – ainda resulta em uma constituição de cidade que aparta grupos sociais e restringe seu acesso a bens e serviços, bem como à habitação formal e não precária.

As áreas mais empobrecidas, geralmente, não alcançadas ou insuficientemente abrangidas pela produção de habitação social apresentam-se, muitas vezes, como uma alternativa residencial da população de camadas sociais mais pobres, que se constituem como áreas de favela, ocupações e loteamentos irregulares ou clandestinos. Neves e Cunha (2010) pontuam que as características demográficas influenciam a forma de morar na cidade. “[...] acredita-se haver influência de certos atributos demográficos, como é o caso do ciclo vital familiar e a condição migratória, sobre a trajetória e a mobilidade residencial das camadas mais empobrecidas, no espaço intraurbano [...]” (NEVES e CUNHA, 2010, p. 213). Algumas variáveis que caracterizam o perfil sociodemográfico da população entram na equação da questão da moradia atuando no comportamento da mobilidade residencial nas camadas mais populares e intensificado o processo de segregação socioespacial, como o rendimento, a condição migratória e o ciclo de vida familiar (Neves e Cunha, 2010).

Ainda podemos elencar outra variável que entra no cálculo da mobilidade, que é a dinâmica imobiliária. A literatura aponta para a existência de uma relação intensa entre a dinâmica imobiliária e a mobilidade residencial (Abramo e Faria, 2016), indicando que as áreas onde há mais incidência de transações de compra e venda de imóveis são aquelas em que o investimento do capital imobiliário é mais intenso. Portanto, a mobilidade residencial tende a seguir um padrão de decisão do deslocamento conforme o segmento do mercado habitacional. As classes socioeconomicamente mais altas dirigem-se mais frequentemente a regiões onde possam obter maior qualidade de vida, que costumam

encontrar-se em áreas menos densas e distantes do eixo central urbano. Enquanto, as classes mais populares e empobrecidas buscam locais que possam oferecer preços de moradias mais acessíveis, dando preferência à acessibilidade e ao deslocamento diário para o trabalho e locais em que desempenham atividades rotineiras. Podendo, comumente, estabelecer residência em moradias precárias nas periferias mais pobres, nos loteamentos irregulares ou clandestinos e nas favelas (Abramo e Faria, 2016).

Se pensarmos a partir do conceito de fronteira urbana empregado por Torres (2004), a mobilidade residencial pode ocorrer em direção a áreas de expansão urbana na região da periferia – englobando também áreas de favelas e loteamentos clandestinos. Nos anos 1980, essas áreas de expansão urbana eram caracterizadas como um lugar que recebia muitos migrantes, tinham taxas de crescimento aceleradas, concentravam uma população de renda mais baixa, apresentavam estrutura urbana precárias, problemas fundiários e conflitos ambientais. O objetivo dessa caracterização não pretende culpabilizar os migrantes por problemas urbanos, mas sim denunciar que essa população é uma das mais vulneráveis socioeconomicamente (Torres, 2004).

Pelo lado migratório, a fronteira urbana é, apenas temporariamente, uma “válvula de escape” para os sem lugar. Rapidamente esta terra também se torna proibitiva, na medida em que o Estado investe, dota-a de infra-estrutura e equipamentos sociais. Esta terra se valoriza, e isto produz simultaneamente novos mecanismos de expulsão via mercado imobiliário, enquanto os novos migrantes pobres deixam de ter a possibilidade de residir nestes locais (TORRES, 2004, p. 18).

Composição populacional e ciclo vital

A segregação socioespacial não separa apenas os grupos sociais mais abastados dos mais empobrecidos, pois podemos perceber que também há uma diferenciação social entre as camadas mais populares. Nessa perspectiva, a mobilidade das classes sociais no espaço é afetada por dois fatores principais: a estrutura social e motivos individuais. Por isso, é importante reconhecer o papel da composição familiar, que nos traz uma dimensão explicativa revelando que o perfil sociodemográfico da população influencia as estratégias e decisões de mobilidade ou não-mobilidade residencial.

Desta forma, sem descon siderar os condicionantes clássicos dessa mobilidade residencial, em geral ligados à dinâmica dos mercados de terra e de trabalho, não se pode deixar de considerar que as etapas do

ciclo vital familiar, bem como a composição dessas famílias, possivelmente acabarão tendo peso significativo sobre a decisão final de mudança (NEVES e CUNHA, 2010, p. 217).

A mobilidade residencial tenta atender às demandas individuais e estruturais da população, o que pode estar diretamente relacionado ao ciclo de vida familiar ou à composição familiar/domiciliar (Barbon, 2004), à mobilidade social, à relação renda-emprego e à disponibilidade de crédito imobiliário. Em outras palavras, a mobilidade residencial ocorre de modo a atender demandas específicas da população que vivencia uma etapa do ciclo vital dependendo, por exemplo, da faixa etária, do rendimento e da condição de ocupação. Podemos citar também o grau de satisfação ou insatisfação com o local de origem como outro fator que influencia a mobilidade, que devido ao seu grau de complexidade e à necessidade da realização de uma pesquisa mais extensiva não será explorado neste artigo.

O comportamento da mobilidade residencial pode ser estudado a partir da estrutura e da composição da população, pois revela quem se move e quem fixa residência. O momento experimentado na vida familiar é um fator que permeia a tomada de decisão de fixar residência em alguma região da cidade.

Na verdade, parte-se do pressuposto de que os comportamentos demográficos, embora não possam ser considerados condicionantes centrais dos processos de produção do espaço urbano – estes claramente estruturais –, são, no mínimo, reflexos desses processos, guardando uma relação muito estreita com os mesmos, inclusive podendo retroalimentá-los (NEVES e CUNHA, 2010, p. 216).

Tendo isso em vista, sabe-se que a dinâmica demográfica e a estrutura social de determinado local têm uma relação com a composição familiar ou domiciliar dos assentamentos precários. A capacidade de se fixar residência em um local é produto das características que promovem as condições propícias que interferem no processo de tomada de decisão familiar, como o rendimento. “Habitação e população estão intimamente relacionadas pelo fato de que a grande maioria da população reside em grupos de famílias abrigados em unidades domiciliares” (Myers, 1990, p. 5). Ou seja, o perfil por sexo e idade, por exemplo, impacta a forma como os indivíduos organizam-se nos domicílios e em áreas da cidade.

Contudo, haver fatores que podem impulsionar uma família a realizar a mobilidade residencial – como a expansão da família com o nascimento de filhos –, não

garantem a realização do movimento. O poder aquisitivo dos membros do domicílio é um dos fatores mais determinantes e mais limitantes considerado no cálculo de custo-benefício para uma mudança de residência.

Os estímulos para mobilidade residencial, como as motivações, os constrangimentos e o cálculo de custo-benefício são aspectos relevantes na tomada de decisão ao deslocamento ou à permanência em espaços da cidade. Por exemplo, um casal sem filhos que habita na periferia dispõe de estímulos para mobilidade residencial diferentes de um casal com filhos que habita em uma área socioeconomicamente mais privilegiada da cidade. Todavia, cabe ressaltar que embora os estímulos para a mobilidade sejam iguais, há fatores estruturais que incidem na população e que podem funcionar como impulsos ou impasses para a mobilidade (BACELAR e CUNHA, 2019, p. 2-3).

Muitas vezes, a mobilidade residencial ocorre com o intuito de suprir necessidades, expectativas ou até mesmo constrangimentos. Como é o caso do evento vital do casamento, que funciona como um estímulo para o casal sair do domicílio da família de origem e iniciar a formação de uma nova família em outro domicílio. Ou o nascimento de filhos que faz o casal pensar na mudança para uma casa maior a fim de comportar sua família ou encontrar uma localidade residencial que ofereça atrativos em lazer, educação e segurança para os filhos.

Entretanto, não são todos os indivíduos que estão aptos a realizar uma mudança de residência – mesmo nas condições exemplificadas anteriormente –, pois a estrutura social, os fatores econômicos, bem como a produção do espaço nas cidades incidem fortemente na capacidade em se realizar a mobilidade residencial.

Assentamentos precários e suas definições

Refletindo-se sobre as relações entre a segregação socioespacial e a mobilidade residencial, notamos que a produção habitacional, o acesso à moradia ou o acesso à terra, muitas vezes, não abrange parte da população mais empobrecida e suas necessidades. Tanto o mercado imobiliário como as políticas públicas têm dificuldade em cobrir a demanda habitacional, seja porque o mercado de terras apresenta altos valores de venda, ou porque as soluções habitacionais do governo não conseguem alcançar com suficiência essa população. Nesse sentido, ressalta-se a necessidade da população em suprir esse déficit em moradia de algum modo e essa demanda é viabilizada pelo processo de

ocupação de terras informalmente, ou seja, ocupa-se terras, muitas vezes, ociosas e inicia-se a autoconstrução de habitações. Essas áreas ocupadas informalmente, frequentemente, estão localizadas em áreas vulneráveis, que apresentam risco e insegurança devido à precariedade da construção e do terreno (Cardoso, 2016).

Esse acesso informal da terra consiste na informalidade da produção da moradia e na precariedade dessa moradia, ocorrendo de duas maneiras: por meio do mercado informal de terras que produz uma oferta de terra ou habitação sem seguir normas e padrões urbanísticos básicos e que funciona com mecanismos de compra ou aluguel; e através da ocupação voluntária de terras ou imóveis ociosos, podendo ser de maneira comunitariamente organizada ou não (Abramo, 2007).

A denominação de assentamentos precários aparece para classificar esse tipo de moradia. De modo geral, eles representam favelas, loteamentos irregulares ou clandestinos, cortiços e conjuntos habitacionais degradados, mas que, segundo Cardoso (2016) têm também suas especificidades. Assim, pode-se definir cada uma destas formas da seguinte maneira: a) favelas: áreas de ocupação irregular do solo – tanto público como privado – e que possui padrões urbanísticos inferiores aos exigidos pela legislação; b) loteamentos irregulares: apresentam processos de parcelamento do solo através de um agente econômico que realiza as vendas e que implicam o não cumprimento integral de normas urbanas – como a não conformidade com os parâmetros de uso e ocupação do solo, da infraestrutura e dos procedimentos administrativos –, já os loteamentos clandestinos correspondem aos parcelamentos sem licenciamento, ou seja, sem registro oficial público; c) cortiços: são moradias de aluguel de um cômodo com áreas compartilhadas; e, d) conjuntos habitacionais degradados são projetos públicos voltados para a habitação de interesse social, mas que apresentam sinais de precariedade construtiva e de manutenção da moradia (Oliveira, 2009).

Portanto, as características comuns dos tipos de assentamentos precários são: estão em áreas em que se predominam habitações de famílias com baixo rendimento econômico; e, apresentam precariedade em relação às condições de moradia, como carências e inadequações – fundiárias, infraestruturais, de localização, de terreno e de adensamento (Filho, 2015).

Tratando-se da captação de dados de assentamentos precários, não existem dados completos de abrangência nacional, o que se tem disponível são os levantamentos realizados através de órgãos habitacionais dos estados ou das prefeituras (Marques et al, 2007). Contudo, para a categoria de favela, que se inclui na denominação de

assentamentos precários, existe a mensuração feita pelo IBGE através da categoria de aglomerados subnormais, que possui escala nacional. Ainda que haja problemas metodológicos em se enquadrar favelas como aglomerados subnormais, eles são a forma mais adequada de qualificá-las (Marques et al, 2013). Esse conceito operacional recebe também outros nomes dependendo da localização geográfica, como comunidade, grotão, vila e mocambo. Segundo o IBGE, aglomerado subnormal constitui-se em um conjunto de, no mínimo, 51 domicílios dispostos de maneira desordenada no espaço formando um adensamento (Marques et al, 2007). Para qualificá-los como tais, precisam apresentar ocupação ilegal da terra e urbanização fora das normas (aparentes nas vias de circulação, no tamanho dos lotes e nas construções não-regularizadas) e/ou precariedade de serviços públicos básicos (energia elétrica, coleta de lixo, redes de água e esgoto).

A favela – ou sua proxy segundo o IBGE, aglomerado subnormal – é apontada como o principal e mais recorrente tipo de assentamento precário no Brasil (Filho, 2015), devendo apresentar as seguintes características: a) proporções mínimas: agrupamentos residenciais com pelo menos 51 domicílios; b) tipo de habitação: predominância de habitações rústicas (casas com folha de flandres, chapas zincadas); c) condição jurídica de ocupação: construções sem licenciamento e fiscalização, sem a posse da propriedade; d) melhoramentos públicos: precariedade ou ausência de rede sanitária, luz, telefone e água encanada; e, e) urbanização: área não-urbanizada (sem arruamento ou logradouro).

Resultados e conclusões

Comparações entre estudos sobre a precariedade urbana

A partir de tabulações realizadas em pesquisas prévias, tratamos conceitos e examinamos algumas estimativas sobre as áreas de assentamentos precários que nos auxiliam na análise da mobilidade residencial e da segregação socioespacial em Campinas.

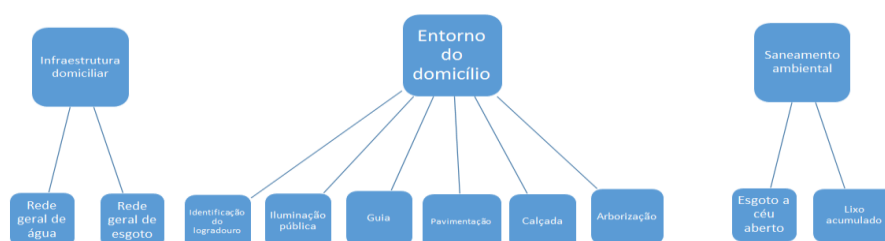
No estudo em desenvolvimento realizado por Cunha e Farias (2020)¹ sobre os espaços de assentamento na Região Metropolitana de Campinas que mapeou as Áreas de Ponderação, foi estudada a diversificação socioterritorial a partir das condições do ambiente construído para contribuir para a discussão da mensuração da pobreza. Então,

¹ CUNHA, J. M. P.; FARIAS, L. A. C. **Os espaços de assentamento na RMC: uma leitura socioespacial através das áreas de ponderação**, 2020 (Prelo).

para analisar o caráter multidimensional da pobreza foram tratados dois enfoques nessa pesquisa: a insuficiência de renda e a noção de necessidades básicas insatisfeitas. As dimensões física – infraestrutura urbana – e social – condições socioeconômicas da população – estão intimamente entrelaçadas e sua leitura conjunta nos promove a visão de um quadro que remonta à segregação socioespacial. Nesse sentido, a utilização dos dados de domicílios e de seu entorno permite ver como a população de assentamentos vive na cidade.

Os fatores que entraram no cálculo da pobreza urbana foram os seguintes: fator 1 – ausência de ligação dos domicílios com redes gerais de abastecimento de água e coleta de esgoto (infraestrutura do domicílio); fator 2 – ausência no entorno dos domicílios de identificação do logradouro, de iluminação pública e arborização, ausência de guia nas calçadas, pavimentação e presença de calçadas (infraestrutura do entorno do domicílio); fator 3 – presença de esgoto a céu aberto e presença de lixo acumulado no logradouro (condições de saneamento ambiental do entorno do domicílio) (Figura 1).

Figura 1 – Fatores e variáveis associadas



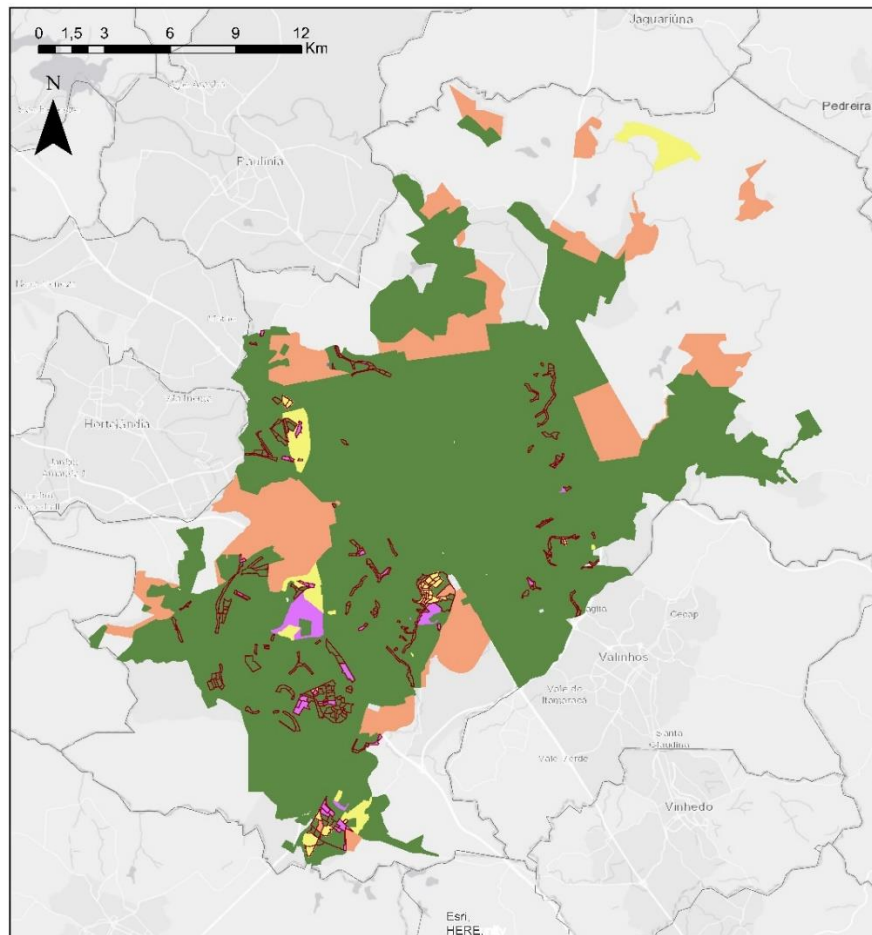
Fonte: Cunha e Farias, 2020.

Segundo os escores obtidos a partir do método de clusterização, encontraram-se cinco agrupamentos de Áreas de Ponderação: cluster 1 – condições sanitárias/ambientais, domicílios com condições de infraestrutura relativamente boas, mas com presença de esgoto a céu aberto e lixo acumulado no entorno; cluster 2 – condições do entorno e saneamento ambiental boas, mas os domicílios não apresentam boas condições de infraestrutura básica; cluster 3 – condições de precariedade dos domicílios e do entorno, condições sanitárias e ambientais precárias; cluster 4 – condições de precariedade severas nos domicílios e no entorno, precariedade sanitária e ambiental²; cluster 5 – boas

² O Cluster AP 4 está em outros municípios da RMC, como Artur Nogueira, Cosmópolis, Hortolândia, Indaiatuba, Jaguariúna, Monte Mor, Paulínia, Pedreira e Valinhos, mas não em Campinas.

condições do ambiente construído nos três fatores considerados, áreas centrais, de periferias elitizadas e de periferias tradicionais, áreas mais consolidadas (Mapa 1).

Mapa 1 – Espacialização da análise de clusters e setores de aglomerados subnormais, Campinas, 2010



Legenda

- Setores de Aglomerados Subnormais
- Cluster AP 1
- Cluster AP 2
- Cluster AP 3
- Cluster AP 4
- Cluster AP 5

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010); Tabulações espaciais (Cunha e Faria, 2020).

De acordo com o Mapa 1, vemos que a maioria dos setores de aglomerados subnormais está dentro de áreas de ponderação classificadas no cluster 5, ou seja, são regiões periféricas tradicionais e elitizadas, além de áreas mais centrais, que possuem melhor infraestrutura urbana e mais acesso a serviços públicos. Entretanto, isso não

implica uma semelhança geral de condições de infraestrutura entre os aglomerados subnormais. Como parte integrante do desenvolvimento da pesquisa de doutorado de Bacelar, o estudo desses clusters terá continuidade e, em momento oportuno, serão explorados os padrões migratórios de cada grupo de AP.

Mas podemos examinar algumas informações de outro estudo devido às similaridades urbanísticas com as áreas de aglomerados subnormais. O trabalho que mapeou as zonas de vulnerabilidade³ da Região Metropolitana de Campinas nos elucida algumas questões referentes ao padrão migratório da população de assentamentos precários. A pesquisa domiciliar⁴ realizada por demógrafos da Universidade Estadual de Campinas obteve que a maior parte das áreas de ponderação que estão classificadas em zonas de vulnerabilidade de “pior condição” e essas estão localizadas no município de Campinas⁵, principalmente na região Sul-Sudoeste, onde há uma grande concentração de aglomerados subnormais. Logo, notamos que muitos aglomerados subnormais estão dentro de zonas de vulnerabilidade na categoria de “pior condição”⁶, em áreas periféricas. Mas também se encontra aglomerados em outras zonas, com mais infraestrutura em áreas mais centrais.

Apesar de não haver uma correspondência completa no que concerne às Áreas de Ponderação e aos setores de aglomerados subnormais, analisar as zonas de vulnerabilidade podem contribuir para a discussão que articula a mobilidade da população com seu perfil socioeconômico. Tendo isso em vista, articulamos alguns dados das zonas de vulnerabilidade e dos aglomerados subnormais para nos auxiliar na interpretação do comportamento da mobilidade dos assentamentos precários. De acordo com os dados que nos informam o local de nascimento, as quatro zonas de vulnerabilidade da RMC possuem uma proporção de 40,9% de população de natural do próprio município, enquanto 59,1% advém da região metropolitana, da sede metropolitana, do estado de São

³ “A definição do que se chama nesse projeto de ZV parte da concepção teórica de que a situação de vulnerabilidade se relaciona à capacidade que a população tem de responder a certos riscos enfrentados no seu dia-a-dia; riscos estes decorrentes da existência (ou ausência/escassez) de determinados ativos. Estes ativos, por sua vez, podem ser classificados em três categorias: capital físico/financeiro, capital humano e capital social” (NEPO, 2009, p. 5).

⁴ Sumário de dados: pesquisa domiciliar: Região Metropolitana de Campinas. Campinas, SP: UNICAMP/NEPO, 2009.

⁵ Figura 1 do Sumário de Dados

(https://www.nepo.unicamp.br/vulnerabilidade/sumario/sumario_final_RMC/index.html).

⁶ Apesar da pesquisa domiciliar ter sido realizada em 2007 e os dados dos aglomerados subnormais serem referentes a 2010, a relevância da pesquisa de vulnerabilidade pode nos indicar alguns padrões de segregação.

Paulo e de fora do estado de São Paulo conjuntamente (NEPO, 2009). É evidente que as áreas mais vulneráveis da RMC têm grande presença de migrantes, porém essa não é uma característica exclusiva das zonas de vulnerabilidade.

O que verificamos para o agregado dos aglomerados subnormais de Campinas em 2010 é que 52,2% de sua população é natural do município, em contraposição à 47,8% não natural do município (Tabela 1). Essas proporções revelam que quase metade da população é migrante, contudo, o município de Campinas como um todo também tem uma presença significativa de migrantes (44% não naturais do município). Portanto, a migração não é um fenômeno específico dos aglomerados subnormais ou das zonas de vulnerabilidade, mas sim um padrão migratório municipal e até mesmo regional.

Tabela 1 – População residente em aglomerados subnormais por naturalidade em relação ao município (Resultados Gerais da Amostra), Campinas, 2010

Naturalidade em relação ao município	Aglomerados subnormais		Município	
	População	%	Pessoas	%
Naturais do município	77916	52,2	605082	56,0
Não naturais do município	71248	47,8	475032	44,0
Total	149163	100	1080114	100

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

Outro dado que corrobora para análise do caráter migratório dessas áreas é o tempo de residência no município ou no estado, o que nos indica se a população é composta por migrantes mais recentes ou mais antigos, contribuindo para nosso estudo da mobilidade residencial. Nas zonas de vulnerabilidade da RMC, apesar da grande proporção de migrantes responsáveis pelos domicílios, a proporção dessa população com tempo de residência no município de 10 anos ou mais é de 85,5%, de 6 a 9 anos corresponde à 5,8%, de 3 a 5 anos é igual à 4,6% e menos de 3 anos é de 4,1%. Esses resultados indicam que a maior parcela da população é de migrantes mais antigos.

Se verificamos essa informação para o bairro, a proporção de responsáveis pelos domicílios com 10 anos ou mais de residência cai para 63,7%, enquanto as estimas para os outros intervalos de tempo de residência aumentam (de 6 a 9 anos: 11,1%; de 3 a 5 anos: 12,1%; menos de 3 anos: 13,2%) (NEPO, 2009). Quanto à informação sobre os responsáveis pelos domicílios por número de mudanças dentro do município de residência, a maioria de aproximadamente 29,5% realizou duas mudanças, 26,6% realizou 3 ou mais mudanças, 25,1% apenas uma, 15,6% nenhuma e 3,1% estão sem

declaração, ou seja, a mobilidade residencial entre bairros do mesmo município é um evento recorrente. Ou seja, a mobilidade residencial entre bairros de um mesmo município ocorre com mais frequência em intervalos de tempo menores se comparada à mobilidade residencial entre as zonas de vulnerabilidade dos municípios da RMC.

Dentre a população responsável pelo domicílio, a maioria de 28,7% tinha residência anterior em outro município do estado de São Paulo, 23,2% residiam anteriormente no próprio município e 21,8% vinham de fora do estado de São Paulo⁷. Também podemos colocar em evidência as razões pelas quais a população das zonas de vulnerabilidade desloca-se. Os migrantes responsáveis pelo domicílio das zonas de vulnerabilidade justificaram a saída do município anterior da seguinte maneira: 39,9% para acompanhar a família; 27,3% por falta de trabalho; 21,1% por condições insatisfatórias de trabalho; e 11,7% distribuídos entre falta de moradia, não podia pagar aluguel, condições insatisfatórias de moradia, foi removido de uma ocupação, para estudar e buscar atendimento médico na região (NEPO, 2009).

Quanto ao agregado dos aglomerados subnormais de Campinas, 69% de sua população não natural do estado de São Paulo mora há 10 anos ou mais nessa unidade de federação (Tabela 2). A proporção de 71% de residentes no município, indicam que um comportamento migratório não tão destoante. Essa informação é relevante para a análise da mobilidade, mas vale ressaltar que podem ter ocorrido múltiplos movimentos migratórios dentro do próprio estado ou até mesmo entre bairros de um mesmo município, que – como vimos nos dados da população com tempo de residência no município das zonas de vulnerabilidade – são comuns dentro da Região Metropolitana de Campinas.

Tabela 2 – Pessoas residentes em aglomerados subnormais não naturais da unidade da federação por tempo ininterrupto de residência na unidade da federação (Resultados Gerais da Amostra), Campinas, 2010

Tempo ininterrupto de residência na UF	Aglomerados subnormais		Município	
	Pessoas	%	Pessoas	%
Menos de 1 ano	2148	4,02	9360	3,79
1 a 2 anos	4013	7,50	18974	7,69
3 a 5 anos	5141	9,61	21055	8,53
6 a 9 anos	5164	9,66	20861	8,45
10 anos ou mais	37012	69,21	176529	71,53
Total	53476	100	246779	100

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

⁷ O restante da população distribuíu-se como 15,5% sem declaração, 5,4% da sede metropolitana e 5,4% da Região Metropolitana.

Reflexões sobre a segregação socioespacial dos assentamentos precários: relações entre as condições socioeconômicas e de moradia e o padrão migratório da população

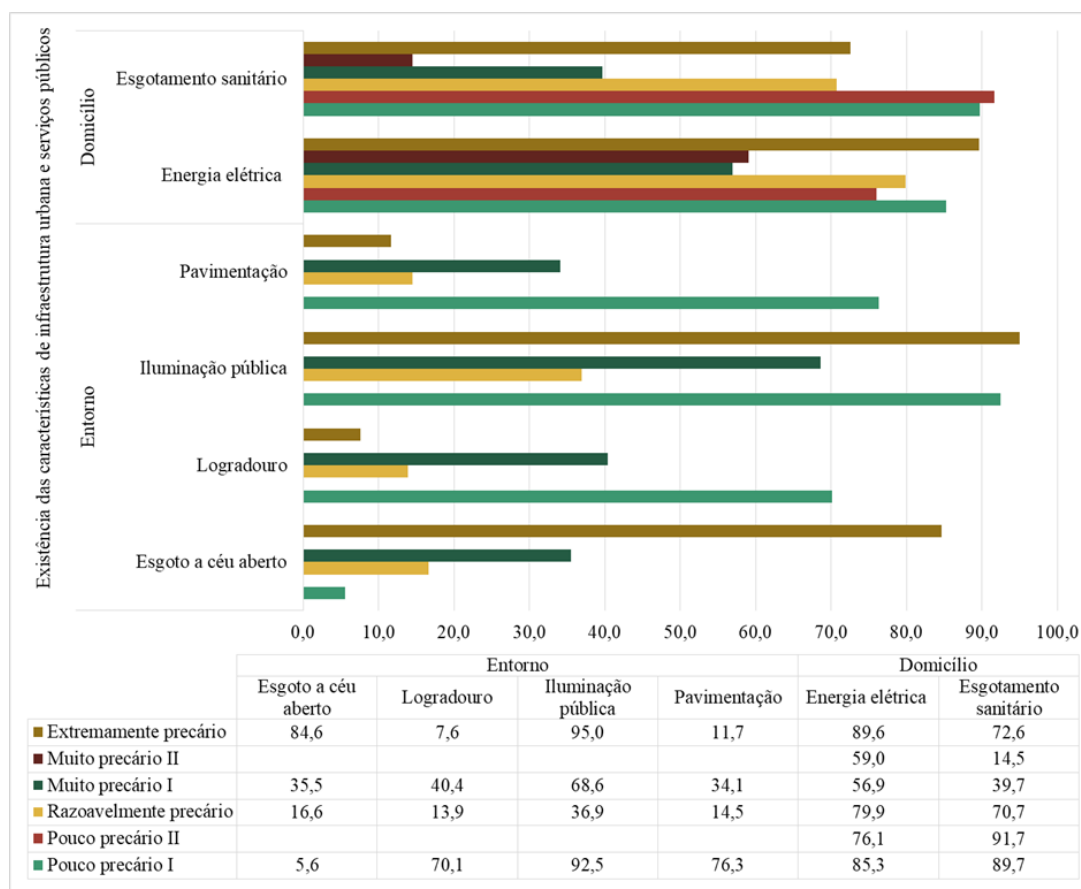
Os aglomerados subnormais – como conceito operacional que compõe as áreas de assentamento precário – foram mapeados e analisados em estudo realizado por Bacelar (2020), que captou, principalmente, as distinções no que concerne ao ambiente construído. Utilizando os dados censitários de 2010 e aplicando a metodologia de clusters, foi possível encontrar grupos com características diferentes de precariedade urbana. Portanto, pode-se afirmar que o comportamento da mobilidade também é diferente entre os aglomerados.

Primeiro, foi necessário separar os 113 aglomerados subnormais em dois grupos: os que dispõem de dados de entorno (76 aglomerados subnormais) e os que dispõem somente de dados do domicílio (37 aglomerados subnormais). A partir dessa separação, a tipologia dos aglomerados subnormais foi elaborada por meio dos métodos de clusterização Ward e k-médias (Malhotra, 2012), verificando os aglomerados que são mais homogêneos entre si, ao passo que divergem mais suas características dos outros grupos, compondo a heterogeneidade entre grupos. Então, encontramos um total de 6 grupos (*clusters*): 4 grupos com características de entorno e domicílio; e, 2 grupos com somente características de domicílio⁸.

Classificamos os 76 aglomerados subnormais que apresentam dados de entorno, como “pouco precário I”, “razoavelmente precário”, “muito precário I” e “extremamente precário”. Enquanto os 37 aglomerados subnormais que não apresentam dados de entorno, foram classificados como “pouco precário II” e “muito precário II” (BACELAR, 2020). No Gráfico 1, temos as tipologias encontradas que foram determinadas pela ponderação das variáveis censitárias que remetem à porcentagem de domicílios que têm acesso a características de infraestrutura urbana e serviços públicos nos aglomerados subnormais.

⁸ Para mais detalhes sobre a elaboração e a aplicação da metodologia de clusters, consultar a dissertação de mestrado em Demografia “Cidade à Parte: um estudo sobre a segregação socioespacial nos aglomerados subnormais no município de Campinas” (BACELAR, 2020).

Gráfico 1 – Porcentagem de domicílios em aglomerados subnormais de acordo com a existência das características de infraestrutura urbana e serviços públicos por tipologias de precariedade, Campinas, 2010



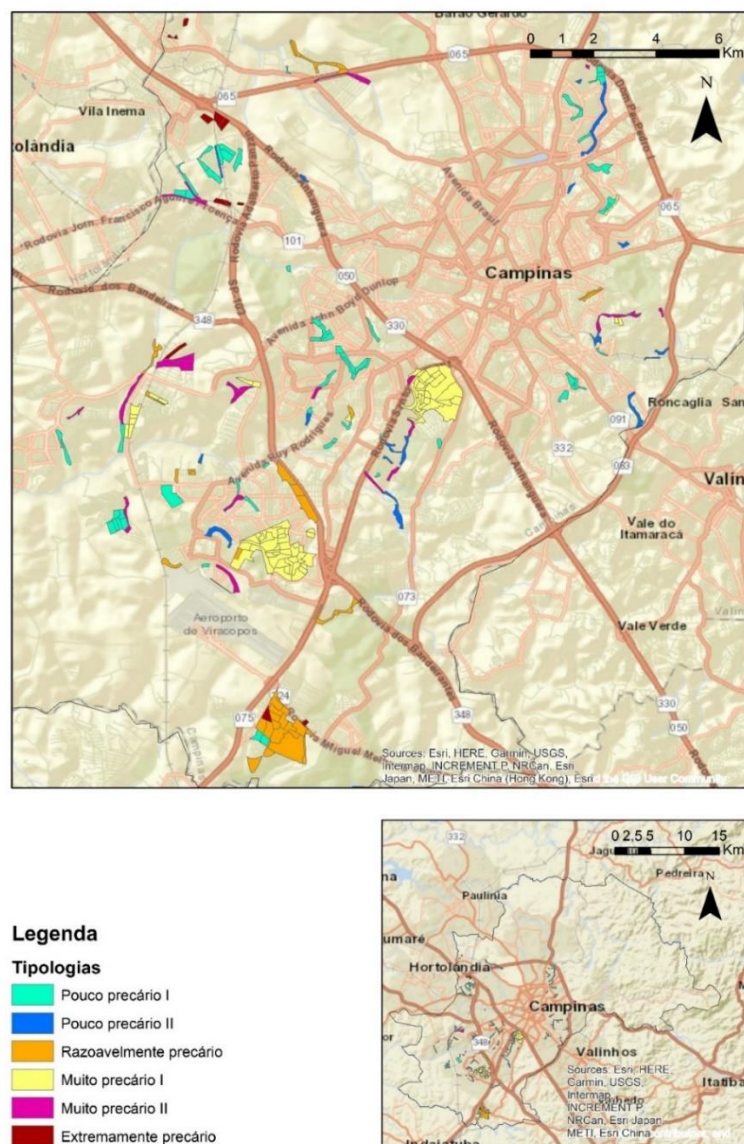
Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

Além da classificação da porcentagem de domicílios em aglomerados subnormais com acesso às características de infraestrutura urbana, captamos que o número de aglomerados subnormais contido em cada tipologia de precariedade nos remonta a como a segregação socioespacial diferencia, inclusive, os grupos mais pobres entre si. Observamos que os grupos de aglomerados subnormais contêm:

1. Pouco precário I: 42 aglomerados subnormais.
2. Pouco precário II: 19 aglomerados subnormais
3. Razoavelmente precário: 14 aglomerados subnormais
4. Muito precário I: 12 aglomerados subnormais
5. Muito precário II: 18 aglomerados subnormais
6. Extremamente precário: 8 aglomerados subnormais

Podemos perceber que há muitos aglomerados subnormais com características de precariedade relativamente mais amenas e poucos aglomerados subnormais com características de precariedade mais severas. No Mapa 2, vemos a disposição espacial em Campinas dos setores de aglomerados subnormais por tipologias de precariedade.

Mapa 2 – Tipologias de precariedade em setores de aglomerados subnormais, Campinas, 2010



Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

A pergunta que mais instiga essa investigação e que nos conduz à análise da relação entre segregação socioespacial e mobilidade residencial é o que leva a população a residir em áreas de assentamentos precários. De acordo com o Mapa 3, podemos perceber que há diferenças na espacialização dos aglomerados subnormais segundo

tipologias de precariedade, o que se pode inferir que em algumas regiões de Campinas, há uma população vivendo em condições mais precárias que outras e isso está relacionado ao seu perfil sociodemográfico. Uma população menos empobrecida, com maior renda, possui mais possibilidades habitacionais do que uma população mais empobrecida, que procura e fixa residência em áreas da cidade que correspondam à sua capacidade de mobilização de ativos financeiros voltados à habitação e que respondam melhor às suas necessidades.

Na Tabela 3, temos a renda per capita e notamos que há algumas diferenças de renda entre os grupos de precariedade urbana. O grupo “extremamente precário” possui a renda per capita mais baixa das tipologias (R\$331,17) e o grupo “pouco precário I” possui a renda per capita mais alta (R\$410,15), em 2010. Considerando que em 2010 o salário mínimo era R\$510,00, notamos que todos os grupos de aglomerados subnormais possuíam uma renda per capita inferior. Então, notamos que entre os aglomerados subnormais, as áreas relativamente menos precárias, no geral, possuem uma população com renda maior, ou seja, entre a população de aglomerados subnormais, os que possuem maior renda têm mais possibilidade de habitar em espaços menos precários. Isso nos adverte para a realidade de uma parcela da população que possui rendimentos menores, logo, procura locais mais baratos de moradia e que, por sua vez, são áreas mais precárias.

Tabela 3 – Renda per capita por tipologias de precariedade em aglomerados subnormais, Campinas, 2010

Tipologias de precariedade	Renda per capita (em reais)
Pouco precário I	410,15
Pouco precário II	389,18
Razoavelmente precário	411,33
Muito precário I	395,55
Muito precário II	354,29
Extremamente precário	331,17

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

Além da renda da população, podemos citar ainda a posse do imóvel como um fator relevante, pois a mobilidade residencial tende a ser maior em famílias que não possuem a propriedade do imóvel (BARBON, 2004). Apesar da renda e da condição de regularização da habitação não serem consideradas na clusterização, sabemos como esses fatores apresentam uma correspondência com o nível de precariedade urbana. A direção

da mobilidade residencial da população é um dos reflexos da segregação socioespacial, assim, distinguindo como as camadas sociais organizam-se no espaço da cidade.

Por conseguinte, a amplitude de alternativas habitacionais nos locais de destino da mobilidade residencial da população pode ser limitada pelo seu poder de compra ou de aluguel de uma moradia em uma área menos precária e mais cara. Características sociodemográficas como o rendimento e até o nível de escolaridade ou a ocupação laboral apresentam relação com a busca de melhores condições de moradia. A mudança de estado civil ou o nascimento de um filho também são aspectos que produzem incentivos e constrangimentos para a mudança de moradia, porém o cálculo de custo-benefício tem uma forte influência nessa questão.

Contudo, as motivações advindas das expectativas relacionadas aos padrões de composição familiar ou domiciliar por si só não possuem poder de promover uma mudança de residência se as características socioeconômicas são precárias e incidem sobre o indivíduo ou a família os segregando espacialmente (BACELAR e CUNHA, 2019, p. 13).

As estratégias de habitação mesclam-se aos ativos financeiros da população para a realização da mobilidade residencial. “(...) el tipo de hogar (...) puede verse también como una expresión de las condiciones de vulnerabilidade sociodemográfica, que se agrava em los hogares em condición de pobreza” (Barquero e Solórzano, 2004, p. 2). Sendo população de assentamentos precários mais empobrecida do que a população residente em áreas mais abastadas e elitizadas, encontra-se em desvantagem no quadro de segregação socioespacial. Convivendo diariamente com o acesso precário a serviços essenciais – como o saneamento básico – e dispondo de limitações econômicas para mobilizar ativos financeiros a fim de mudar de residência para um local com mais qualidade de equipamentos urbanos.

Referências

ABRAMO, P. A cidade com-fusa: a mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas. **Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais**, v. 9, n. 2, novembro 2007.

ABRAMO, P.; FARIA, T. C. Mobilidade residencial na cidade do Rio de Janeiro: considerações sobre os setores formal e informal do mercado imobiliário. **XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP**, 2016.

BACELAR, S. Cidade à parte? Um estudo sobre a segregação socioespacial nos aglomerados subnormais do município de Campinas. **Dissertação (mestrado)** – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2020.

BACELAR, S. G.; CUNHA, J. M. P. da. Favela no processo de segregação socioespacial da cidade: reflexões sobre a composição populacional e a mobilidade residencial. **Anais do Congresso ALAS**, 2019.

BARBON, Ângela Luppi. Mobilidade residencial intra-urbana em grandes centros – Região Metropolitana de São Paulo: estudo de caso. **XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP, Caxambu, 2004.

BARQUERO, J. B.; SOLÓRZANO, J. D. T. Tipos de hogar, ciclo de vida familiar y pobreza em Costa Rica 1987-2002. **Población y Salud em Mesoamérica**, Costa Rica, 2 (1), 2004.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2000.

CARDOSO, Adauto Lucio. Assentamentos precários no Brasil: discutindo conceitos. In: **Caracterização e tipologia de assentamentos precários: estudos de caso**. Brasília: Ipea, 2016.

FILHO, Alfredo Pereira de Queiroz. As definições de assentamentos precários e favelas e suas implicações nos dados populacionais: abordagem da análise de conteúdo. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, 7(3), 2015.

MARQUES, Eduardo et al. **Assentamentos precários no Brasil urbano**. São Paulo: CEBRAP, 2007.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 6. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2012.

MYERS, D. **Housing demography: Linking demographic structure and Housing markets**. Madison: The University of Winsconsin Press, 1990.

NEVES, I. M. Z. C.; CUNHA, J. M. P. Urbanismo, demografia e as formas de morar na metrópole: um estudo de caso da Região Metropolitana de Campinas. In: **Cadernos Metrópole**, vol. 12, n. 23, jan/jun 2010.

OLIVEIRA, Giovanna Ortiz de. Assentamentos precários em áreas ambientalmente sensíveis: políticas públicas e recuperação urbana e ambiental em Campinas. **Dissertação (mestrado)**. Campinas: PUC-Campinas, 2009.

Sumário de dados, pesquisa domiciliar: Região Metropolitana de Campinas. Campinas, SP: UNICAMP/NEPO, 2009.

TORRES, H. G. A fronteira paulistana. **XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais/ABEP**, Caxambú, 2004.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.